

A controvérsia entre crescimento econômico e pobreza: uma análise para os estados brasileiros¹

Renata Couto Moreira²

Resumo: Apresenta-se uma análise das relações entre o crescimento econômico e as condições de pobreza enfrentadas pelos estados brasileiros, no período entre 1996 e 2007, à luz da controvérsia entre os teóricos neoclássicos e marxistas. Conclui-se que apesar da vertente neoclássica conseguir explicar o efeito da pobreza presente como determinante da futura, remete a uma circularidade na qual o fenômeno passa a ser explicado por ele mesmo. A superação desta limitação encontra campo fértil nas leis descritas por Marx da essência de funcionamento do sistema capitalista, e resolve as aparentes incoerências nos resultados.

Palavras - chave: pobreza, distribuição de renda, crescimento econômico **Classificação JEL:** I32

Abstract: It appears an analysis of the relationship between economic growth and poverty of the Brazilian states in the period between 1996 and 2007, conducted in the light of the controversy between neoclassical and Marxist theorists. Concluded that despite the neoclassical strand was able to explain the effect of poverty as a determinant of this further, refers to a circularity of thought in which the phenomenon shall be explained by itself. Overcoming these limitations of analysis found fertile ground in the laws described by Marx of the essence functioning of the capitalist system, and solves the apparent incoherencies with the results.

Key Words: Poverty, income distribution, economic growth **JEL classification:** I32

1. INTRODUÇÃO

A relação entre crescimento econômico e pobreza continua sendo foco de opiniões controversas na academia, assim como o debate a que se associa sobre a ação pública necessária para conjugar a questão econômica e a social. Nas décadas de 1990 e 2000, a concepção da ação do Estado nesta mediação, e da própria teorização destas questões, passaram por distintos movimentos e conjunturas que configuraram e permanecem configurando o desenvolvimento teórico a partir dos interesses hegemônicos, tanto no plano internacional, como no nacional e local. Segundo Ivo (2006), as conformações das relações de poder condicionam e limitam a ação pública especialmente no tratamento da questão social. Fundamenta sua reflexão com base na análise da experiência dos

¹ Agradecimento ao CNPq pelo apoio financeiro. Agradecimentos a Luiz Jorge V. P. de Mendonça e a Daniel Mancio pelas conversas, revisões e sugestões.

² Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

países da América Latina, que no momento inicial da década de 1990 passaram por uma agenda de ajustes institucionais. Estes ocorreram com um conjunto de reformas para ajuste da crise fiscal, com redução de responsabilidades sociais por parte do Estado, a desregulamentação do sistema de acumulação marcada pelo aumento do desemprego, a terceirização e a precarização das condições de trabalho, levando também à crise do movimento sindical. A estes movimentos a autora associa a mudança na concepção da ação do Estado para conciliar os conflitos sociais que surgem associados às condições de desigualdade e pobreza, que se reforçam no contexto da reestruturação institucional e produtiva deste período.

Ao final dos anos 1990, apesar dos efeitos da estabilização monetária sentidos sobre reduções na desigualdade e na pobreza, ainda foram insuficientes para a conjugação destas questões, que extrapolavam a deterioração dos rendimentos reais em um cenário de inflação galopante. Passa-se então a uma etapa em que já podem ser observados os limites da desregulação dos mercados, indicando para a urgência em tratar de novas formas as questões do desenvolvimento e do enfrentamento da pobreza. As políticas sociais assistencialistas e de natureza focalizada às populações identificadas como vulneráveis, marcantes deste período nos países latino-americanos em geral, e no Brasil em particular, formam a base de sustentação para os programas de combate à pobreza do governo na década seguinte.

Estas políticas continuam perseguindo os mesmos paradigmas discutidos por Ivo (2006), quais sejam, o de natureza estratégica via focalização, o de caráter societal pela redefinição das responsabilidades entre Estado e sociedade de forma a descentralizar ações e efetivar parcerias público-privadas, e o da racionalidade econômica neoclássica com a hegemonia do mercado em detrimento aos direitos sociais. Esta “reconversão” do tratamento da questão social nos anos 1990 na América Latina, conceituada por Ivo (2006) e disseminada até os dias atuais, parte de uma dimensão de proteção e produtora de justiça social no período anterior, para uma de mitigadora dos efeitos da pobreza e da desigualdade sobre a sociedade. Deste modo, resguarda na sua perspectiva, e mesmo aprofunda o padrão histórico de crescimento econômico concentrador de renda. Desta forma, segundo suas próprias palavras, as políticas nesta concepção “...mantêm inalterado o padrão redistributivo desigual, determinante da reprodução estrutural da pobreza.” (IVO, 2006:69)

Neste raciocínio, a relação desfavorável entre crescimento e equidade na América Latina se coloca como barreira aos Estados à superação dos problemas sociais e da pobreza. Estes, nesta perspectiva, devem ser tratados como problemas estruturais históricos das economias latino-americanas, e não conjunturais como na concepção assistencialista e mitigadora de efeitos dos programas sociais vigentes até os anos 2000, em coerência com a reestruturação produtiva e institucional em curso que viabiliza e aprofunda este modelo de crescimento desigual.

Para o Brasil, o cenário não é diferente. Associado às suas características de país continental extremamente heterogêneo, o crescimento econômico “desigual” *per si* não foi capaz de erradicar a pobreza persistente, nem de manter as miraculosas taxas de crescimento dos anos 1960 e 1970 nos elevados patamares por mais tempo. Estas observações sustentam a hipótese de que a condição de pobreza advém e sustenta-se da extrema desigualdade gerada no seio do processo de desenvolvimento econômico guiado pelas forças do livre mercado. E que quanto mais se avança no modo de produção capitalista sob a égide da ideologia neoliberal, ao contrário de se resolver a questão econômica e social, estará se agravando cada vez mais a sustentação do crescimento e a da condição de pobreza.

A superação da reprodução estrutural da pobreza nos estados brasileiros, que se pretende discutir no presente artigo, depende da compreensão deste fenômeno. Qual a sua origem? Quais são seus determinantes? Porque persistem ao longo do tempo e espaço? E em particular, porque parte considerável da população dos estados brasileiros se encontra obrigada a viver em condições aquém das necessidades reprodutivas básicas da vida em meio à abundância de riqueza? Na perspectiva mais crítica de análise que se propõe, a explicação da pobreza não pode ser buscada apenas na pergunta: “o que faz os pobres serem pobres?”. Mas, devido às condições de desigualdade de renda, deve estar atenta também à questão que daí surge: “o que faz os ricos serem ricos?”.

Para refletir sobre estas questões, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise da dinâmica das relações entre a pobreza e o crescimento econômico para os estados brasileiros no período de 1996 a 2007. Tem como pano de fundo a reestruturação produtiva e o conjunto de políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro, em consonância com as diretrizes elaboradas no Consenso de Washington de 1989 e com os programas econômicos e sociais implementados também nos outros países latino-americanos.

A hipótese discutida neste estudo, portanto, sugere que as condições de desigualdade, associadas historicamente ao processo de desenvolvimento do capitalismo nos estados brasileiros, exercem influência sobre a manutenção das condições de pobreza de parte considerável da população ao longo do tempo. E estas, por sua vez, fazem parte do próprio funcionamento do sistema capitalista, alimentando as taxas de crescimento econômico em sua dinâmica própria de acumulação. Neste sentido, pretende-se contribuir na discussão sobre a controvérsia entre crescimento e pobreza entre autores da economia política.

Para tanto, além desta introdução, o artigo está organizado em seis itens. Inicia-se no segundo tópico com uma contextualização para o caso da economia brasileira necessária para a reflexão teórica pretendida. As contribuições teóricas à problemática em foco são sistematizadas no

terceiro momento, enquanto no quarto encontram-se o método de análise empírica e os procedimentos utilizados. O quinto item traz a análise e a discussão dos resultados da pesquisa a respeito das relações entre a pobreza, o crescimento da renda, e sua distribuição à luz da controvérsia teórica. E, por fim, no sexto elencam-se as principais conclusões que se desejam destacar do estudo.

2. CRESCIMENTO E POBREZA NO BRASIL

A evolução histórica da economia brasileira é caracterizada por um processo de concentração de renda e persistência da pobreza ao longo do tempo, que se reproduz entre os estados e as regiões geográficas. Com isso, apesar das elevadas taxas de crescimento, chegando a patamares de 9,8% e 14% ao ano nas décadas de 60 e 70³, e da industrialização que o país experimentou, os índices de desigualdade elevaram-se a patamares nunca alcançados⁴. Furtado (1974) em suas reflexões sobre os determinantes dos baixos níveis de renda persistentes no país após a derrocada do “milagre econômico”, e suas relações com o crescimento, relacionava ambos às grandes disparidades estruturais da herança colonizadora, em todos os níveis: individual, setorial e regional. Estas foram aprofundadas pelo modelo econômico nacionalista de industrialização implantado no Brasil na década de 1960, com características concentradoras, tendo o pólo dinâmico na região Sudeste principalmente, e de dependência externa com relação aos insumos, maquinários, tecnologias e financiamento necessários.

Em sua análise, a desigualdade nas relações entre países e regiões, designadas de centro-periféricas, torna-se um gargalo na questão do subdesenvolvimento, marcada pela pobreza persistente e o baixo crescimento da renda. Se por um lado deixa de desenvolver o potencial produtivo das regiões periféricas, por outro, submete-as a uma relação de dependência e subordinação às economias centrais. Estas se dariam concretamente nos termos de troca desfavoráveis às primeiras, que teriam como alternativa a industrialização e a diversificação de sua pauta de exportações, e redução de importações concomitante com o desenvolvimento dos mercados internos. A superação desta condição para o Brasil como um todo segundo Furtado (1974) significava a superação da mesma para as regiões mais empobrecidas e estagnadas economicamente, dando destaque ao papel do Estado para se alcançar tais objetivos.

³ Fonte de dados das taxas de crescimento nas séries históricas das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴ O índice de concentração de Gini elevou-se de 0,50 em 1960 para 0,57 em 1970 calculados por Langoni (1973) pelos dados dos censos demográficos do IBGE.

Outros autores⁵ evidenciaram a persistência de uma tendência de redução nas taxas de crescimento e manutenção dos elevados índices de desigualdade e pobreza, concluindo que estes continuam entre os mais altos do mundo, limitando o próprio modelo de desenvolvimento socioeconômico do país. Estes estudos comungam importantes evidências que destacam o fato de que no Brasil, apesar de possuir uma renda *per capita* que o insere no grupo dos países de renda média, a repartição tão desigual desta criou um contingente substancial de pobres, tanto em termos relativos como absolutos. E que esta desigualdade continua sendo evidenciada internamente, permanecendo as disparidades históricas entre suas regiões geográficas e unidades federativas.

A década de 1990, marcada pelo plano Real, alcançou como em outros países da América Latina, seu objetivo de estabilização inflacionária, mas à custa de um crescimento nunca alcançado nas taxas de desemprego industrial como expõem Gremaldi *et al.* (2003) e Pinheiro *et al.* (1999). O Estado brasileiro, como outros países da América Latina, seguindo acordos financeiros com o Fundo Monetário Internacional (FMI), propiciou a intensificação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a reestruturação produtiva e a adoção do modelo econômico neoliberal⁶. A abertura do país inicialmente favoreceu a expansão do setor de comércio de produtos importados e teve papel fundamental na estabilização dos preços. Porém, não tardou a causar uma retração na indústria nacional, com a falência de inúmeras empresas brasileiras. Despreparadas para a exposição à competição com os grandes grupos industriais internacionais a indústria nacional sofreu com a importação de tecnologias mais capital intensivas, alterando a produtividade no setor. A incidência do desemprego ampliou-se de forma inédita e, em consequência, a desigualdade e a pobreza aumentaram.

Este conjunto de medidas acabou por introduzir um conflito distributivo entre o pagamento dos encargos financeiros da dívida, beneficiando uma camada restrita de rentistas, e a determinação dos salários e das despesas sociais, voltadas à ampla maioria da sociedade. Desta forma, o debate foi retomado tanto pelo do ponto de vista do gasto público, que se reduziu em setores antes avaliados como estratégicos, bloqueando os investimentos necessários em hospitais, educação, saneamento e habitação, como pelo ponto de vista da arrecadação, que cresceu de forma acentuada e regressiva. Ambos os movimentos ampliaram ainda mais os índices de desigualdade e pobreza, realimentando o processo de estagnação econômica.

Na década de 2000 houve avanços com os programas focalizados de transferência de renda e alívio da pobreza, que se ampliaram significativamente no governo Lula, e tem havido uma

⁵ Como Moreira (2009); Neri e Melo (2008); Neri (2007); Hoffman (2005); Diniz (2005); Marinho e Soares (2003), dentre outros.

⁶ Definido no Consenso de Washington em 1989.

diminuição das perdas salariais dos trabalhadores com os reajustes ocorridos no salário mínimo. Esses, somados à ampliação dos programas de crédito subsidiado⁷, têm representado importante fluxo de renda para as populações mais pobres. Seus efeitos já estão sendo mensurados na redução dos índices de concentração de renda e de pobreza em vários estudos⁸, cujos resultados têm em comum para o caso brasileiro que reduções na desigualdade têm maiores efeitos sobre a redução da pobreza, que os do crescimento da renda. Esta característica marcante do país associa-se na literatura a contextos em que a heterogeneidade na distribuição dos recursos, e no caso da renda.

Para efeito de comparação entre a desigualdade brasileira e a de países de renda *per capita* média em 1997 a partir dos dados do *United Nations Development Program do Human Development Report*⁹, evidenciam que o Brasil assumia o primeiro lugar no ranking da desigualdade de renda (DINIZ, 2005). O país apresentou índices superiores mesmo se comparado a outros em condições socioeconômicas bem inferiores, como a grande maioria dos que estão localizados na região Sub-sahariana da África. Vale ressaltar que nesta região se agruparam a maior parte dos países que possuem renda muito baixa, pela classificação do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU). Para o relatório de 2011, na classificação dos países pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰, o Brasil está na 84ª posição com o valor de 0,718, no grupo que possui o IDH elevado. Apesar de estar acima do IDH calculado para os países menos desenvolvidos (0,439) e do mundo (0,682), está abaixo do valor para a América Latina e Caribe (0,731). Quando ajustado ao índice de desigualdade nas três dimensões¹¹ cai para 0,519, descendo 13 posições na classificação. O coeficiente de Gini calculado para o rendimento foi de 0,54¹² continuando acima da maior parte dos países do grupo de IDH médio, perdendo somente para a Bolívia (0,57), Honduras (0,58) e África do Sul (0,58). Permanece também acima do índice de Gini para a maior parte dos países classificados no grupo de IDH baixo, superando a desigualdade de países como a Nigéria (0,34), a Etiópia (0,30) e Moçambique (0,46).

Não se alterou, tampouco, a prioridade da política econômica que continua voltada para os interesses de mercado em detrimento das reformas estruturais necessárias para a real superação do

⁷ Como o Programa Nacional de Crédito à Agricultura Familiar (Pronaf), e o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

⁸ Consultar Moreira (2009), Helfand *et al* (2009), Lima (2008), Neri e Melo (2008), IPEA (2008), Hoffmann (2005) e Ney e Hoffman (2003).

⁹ New York, Oxford Univesit Press, 1999 e 2011.

¹⁰ É um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável (avaliada pela esperança de vida à natalidade em anos), o conhecimento (medido pela média dos anos de escolaridade e a escolaridade esperada) e um padrão de vida digno (associado ao rendimento nacional bruto *per capita*).

¹¹ O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado para desigualdades nas três dimensões, na distribuição do tempo de vida esperado, dos anos de escolaridade e do rendimento.

¹² Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

grave fenômeno da pobreza e essenciais para engendrar um processo de desenvolvimento sustentável, como avaliam Cohn (1995), Neri e Melo (2008), entre outros autores. A política econômica e os gastos e investimentos públicos continuam priorizando setores de exportação de *commodities* extremamente centralizados e concentradores, com base em tecnologias e insumos importados, em detrimento a outros setores produtivos mais descentralizados, distribuídos e de desenvolvimento de base de tecnologia e recursos nacionais, reforçando a importância e a atualidade de estudos sobre a questão para o contexto brasileiro.

3. A CONTROVÉRSIA DA QUESTÃO SOCIAL NA ECONOMIA POLÍTICA

3.1. As armadilhas da pobreza na vertente neoclássica

Myrdal (1965) em suas reflexões realizadas em um período em que se intensificavam os conflitos sociais associados à pobreza e desigualdades nos Estados Unidos, elaborou um modelo para descrever o mecanismo cíclico da relação de auto-reforço entre a pobreza e a desigualdade. Este se demonstrou adequado em suas análises da persistência deste processo em certos cenários como a discriminação com a população negra e pobre do país. Para romper e reverter este movimento para um ciclo virtuoso entre a riqueza e a equidade na distribuição da mesma, seria inevitável a intervenção do Estado na distribuição do produto social, no entanto sempre mantendo os limites do ajuste econômico orientado pelas forças de mercado. As políticas governamentais, específicas a cada contexto, poderiam engendrar tanto ciclos virtuosos, como manter a economia presa a ciclos viciosos, como verdadeiras “armadilhas”.

Este debate foi incorporado por Perry *et al.* (2006), em seus trabalhos com foco na redução da pobreza. Designadas por eles de políticas com efeitos “pró-pobres”, em seus estudos empíricos foram associadas às políticas sociais de democratização do incentivo e das oportunidades de investimentos em capital humano e físico. Avançam, não somente por fornecerem mais evidências com dados de outros países, mas também por tratarem estatisticamente da relação deste mecanismo de redução direta da desigualdade e da pobreza com o crescimento e desenvolvimento econômico. A principal argumentação para isso se baseia no aumento da produtividade do trabalho resultante de um conjunto de políticas que tenha efeitos distributivos sobre a renda, melhorando as condições de vida dos trabalhadores mais pobres. Este conjunto de políticas sociais deveria, portanto, ser associado às políticas econômicas que priorizam os resultados de eficiência de curto prazo, para contrapor os efeitos negativos da desigualdade e da pobreza na sociedade. Nesta visão, portanto, a pobreza exerceria papel limitante sobre o crescimento, e este restrito a um patamar inferior reforçaria a persistência da pobreza.

Os micro-fundamentos por eles explorados associam-se à insustentável condição para cada indivíduo, excluído do processo econômico e social, que quando agrega grande parte das pessoas leva a níveis inferiores de investimento. Este, visto como determinante do crescimento da renda no longo prazo, auto-reforça o sistema que fica preso em um ciclo vicioso como uma “armadilha da pobreza” (PERRY *et al.*, 2006). Desta forma, argumentam que, em primeiro lugar, na experiência histórica dos países as maiores reduções de pobreza aconteceram naqueles que vivenciaram longos períodos de crescimento econômico sustentado, mesmo que não tenham atingido as maiores taxas mundiais. Em segundo, que se este crescimento for acompanhado por uma mudança distribucional progressiva será melhor ainda para a redução da pobreza. E em terceiro, que não existem fortes evidências empíricas sugerindo uma tendência geral do crescimento sobre a maior ou menor equidade na distribuição de renda.

A redução da pobreza, por sua vez, para ser alcançada carece de políticas redistributivas, exibindo duas razões principais para isto. Uma com base na transferência de renda imediata dos ricos para os pobres que uma mudança distributiva progressiva poderia exercer diretamente sobre a redução da pobreza. A outra, de que a pobreza será mais sensível ao crescimento, quão mais equitativa for a distribuição de renda. Desta forma se somarão um impacto de curto prazo da redistribuição progressiva, e um de longo prazo, do incremento na sensibilidade da pobreza ao crescimento. Neste sentido avançam no debate sobre as estratégias de desenvolvimento sustentável sugerindo que devem levar em conta tanto a quantidade (na busca de maiores taxas de crescimento), como a qualidade (sobre quem irá se beneficiar do crescimento), voltando a discussão para a importância da análise da decomposição do produto e do seu comportamento ao longo do tempo.

Em uma interessante síntese destes mecanismos, Lopez e Perry (2008) encontram evidências importantes à discussão pretendida, tendo os países da América Latina como foco de estudo. Elencaram quatro explicações teóricas a respeito das possibilidades de canais que propagam os efeitos negativos da desigualdade nas taxas de crescimento econômico de longo prazo, criando a armadilha da pobreza. A primeira seria a defendida por Alesina e Rodrik (1994), que estudaram mecanismos para explicar como a distribuição inicial de recursos incide sobre a luta política para determinar a taxa e a distribuição da riqueza e da renda em uma democracia ideal. Sustentam o efeito nocivo de taxas e tributos sobre o capital no nível de investimentos defendida pelos neoclássicos mais ortodoxos, cujo efeito seria de desacelerar o crescimento econômico com impactos sobre a pobreza. Concluem que quando os recursos estão desigualmente alocados, a luta distributiva gerada passa a ser nociva ao crescimento, pois aumenta por votação democrática a tributação sobre o capital. O segundo canal possível em que se propagaria a armadilha tem base nos estudos de Alesina e Perotti (1996). Estes sugerem que grandes desigualdades, vistas como elevados

índices de pobreza e desemprego, além de representar o desperdício de recursos produtivos, “incentiva” os marginalizados do sistema econômico e social ao crime e à violência. Esta instabilidade geraria um ambiente econômico pouco propício para a realização de investimentos, com influência limitante no crescimento de longo prazo. A terceira possibilidade se daria pelos canais evidenciados por Perry *et al.* (2006), que encontraram diferentes retornos em relação à escolaridade segundo grupos de renda nos dados da Nicarágua. Concluíram que o ganho de renda referente a um maior nível de estudo são superiores para crianças ricas com relação às pobres. Assim, representam para estas, menos incentivos a investir nos estudos, reforçando as barreiras estruturais contra a mobilidade social. E o último canal apresentado remete à armadilha da pobreza dada via restrições creditícias aos mais pobres, em ambientes em que os bens de capital se encontram desigualmente distribuídos. Desta forma, deixa grande parte dos indivíduos da sociedade despojados também de expectativas quanto ao futuro e de possibilidades de acesso a crédito para realizar empreendimentos produtivos. Com pressupostos de retornos decrescentes ao capital, quando grande maioria das pessoas fica impedida de realizar investimentos produtivos com maiores retornos associados, as desigualdades e a pobreza atuam como barreiras ao próprio crescimento. Volta-se assim ao trabalho de Aghion, Caroli e Garcia-Peñalosa (1999), na explicação das interações entre o crescimento e a desigualdade, e as armadilhas da pobreza que delas surgem.

Acredita-se que não há uma explicação única que contemple *per si* a complexidade da análise da realidade brasileira. No entanto, pode-se apoiar na combinação de causas verificadas como a instabilidade econômica das décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990, a desigualdade histórica na distribuição dos bens de capital, assim como os baixos gastos sociais em educação e saúde levando a graves deficiências no atendimento da quantidade e qualidade necessárias, entre outros. Todos estes processos se entrelaçam e auto-reforçam as armadilhas da pobreza. Concorde-se que estas podem ser incorporadas aos determinantes das taxas de crescimento e da própria pobreza. Chega-se, no entanto, a uma circularidade também no pensamento teórico: o país, ou região, é pobre porque cresce pouco, ou cresce pouco porque é pobre? Se a pobreza é fruto da própria pobreza, quais seriam seus determinantes exógenos? Infelizmente, esta particularidade não foi foco dos trabalhos posteriores, que associaram a pobreza sempre à falta do desenvolvimento dos mercados capitalistas, independente da sua relação de causalidade com o crescimento econômico. Também conjugam uma análise do ponto de vista do indivíduo e sua falta de “capacidades” e “qualificação”, associando a condição de pobreza a um problema individual.

Não atentaram tampouco aos efeitos danosos de alguns planos de crescimento como o vivenciado na experiência brasileira. Com auge no período do “milagre econômico”, o desenvolvimento capitalista manteve até os dias atuais a economia brasileira presa a ciclos de baixo

crescimento e perpetuação da pobreza. Estes se auto-alimentam das próprias desigualdades historicamente constituídas entre suas unidades federativas. Contudo, cabe ainda investigar as contradições expostas e não resolvidas sobre as relações circulares de causalidade entre o modelo de crescimento econômico e acumulação capitalista e a pobreza.

2.1 A lei geral da acumulação capitalista e a pobreza

A crítica às circularidades e limitações dos modelos agregados neoclássicos remonta desde os últimos anos do século XIX e o começo do século XX, no qual Cohen e Harcourt (2003) destacam três grandes controvérsias em torno da teoria do capital e do que determina o seu retorno (o preço do capital, ou a taxa de juros). Por um lado, Marx trouxe o foco do debate para a esfera da produção com sua associação à exploração do trabalho alheio, e por outro, a revolução marginalista de Jevons, Menger e Walras mudava a explicação para o foco neoclássico de acordo com sua escassez e seu produto marginal, fruto de suas características técnicas exógenas. O debate foi frutífero entre vários economistas, dentre os quais podem ser citados John Clark, Böhm-Bawer, Irving Fisher e Thorstein Veblen, neste primeiro momento, Hayek, Kaldor e Knight retomando a controvérsia nos anos 1930, e nos anos 1950 e 1960 a terceira retomada deste debate que ficou conhecida como a controvérsia de Cambridge. Nesta última, foi marcante o embate teórico que se deu entre economistas das duas escolas de Cambridge, com destaque para Joan Robinson, Piero Sraffa e Luigi Pasinetti da que ficou caracterizada como escola “Inglesa”, e Robert Solow, Trevor Swan e Paul Samuelson da escola “Americana”. A escola Inglesa apontou três problemas profundos com relação aos desenvolvimentos da teoria neoclássica da escola Americana, quais sejam, a respeito do significado e a medição do conceito de capital; da condição de equilíbrio como inadequado para a análise do processo de acumulação de capital e do crescimento; e, o papel da ideologia na defesa de modelos simplificados porém não robustos.

Mas foi a primeira questão que destacou a impossibilidade de medição do capital agregado em unidades físicas como propunha o modelo simples de crescimento de Samuelson/Solow/Swan¹³ de função de produção agregada com um produto único determinado pelo montante total de capital e trabalho como fatores de produção. A perspectiva neoclássica apresentava três parábolas de sustentação: de que o retorno ao capital (ou seja, a taxa de juros) é determinado pelas propriedades técnicas exógenas da produtividade marginal decrescente do capital; uma maior quantidade de capital leva a uma menor produtividade marginal do capital adicional e, portanto, a uma menor taxa de juros, e vice-versa; e que a distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores é explicada pela escassez relativa do fator e de sua produtividade marginal.

¹³ Para maiores detalhes consultar Cohen e Harcourt (2003), Solow (1956), Swan (1956) e Samuelson (1962).

No entanto, com base nos fundamentos elaborados por Wicksell (1911) em sua análise sobre modelos de produção de bens de capital heterogêneos, a escola de Inglesa de Cambridge formulou críticas às inconsistências lógicas do modelo simples. No caso de dois ou mais bens de capital, cada um precisa ser avaliado individualmente. Para tanto, pode ser realizado via dois mecanismos, de acordo com seus custos de produção ou com o valor presente líquido dos fluxos de renda futuros que produzem. Ambas as formas, contudo, pressupõem uma taxa de juros para a avaliação, remetendo a uma circularidade fundamental na determinação da quantidade de capital e da taxa de juros bem exposta na questão de Sraffa (1962, p.479): “*What is the good of a quantity of capital...which, since it depends of the rate of interest, cannot be used for its traditional purpose...to determine the rate of interest?*”. A possibilidade de efeitos do tipo Wicksell, de *reswitching* e *capital-reversing*, invalidava as três parábolas e a generalidade do modelo neoclássico. A possibilidade do mesmo nível de capital ter seu preço alterado via novos preços dos bens de capital ou via nova composição real destes, incorpora circunstâncias em que a mesma relação capital/trabalho se associa a duas ou mais taxas de juros levando à possibilidade de múltiplos equilíbrios, ou a redução nesta relação levar a uma queda na própria taxa de juros, violando as três parábolas estabelecidas¹⁴.

Assim, quando se considera o caso mais geral, a taxa de juros depende não mais somente das propriedades técnicas exógenas do capital, mas também da determinação endógena dos preços (que incluem a própria taxa de juros), remetendo à uma circularidade identificada e ainda não resolvida. Seguindo o mesmo raciocínio, a teorização neoclássica a respeito da pobreza não consegue romper com esta circularidade de pensamento. Consegue avançar na explicação, como visto, dos impactos da pobreza sobre o crescimento, e sobre ela mesma no ciclo vicioso que perpetua as armadilhas descritas. Porém, ainda enfrenta grandes limitações para explicar os determinantes geradores da própria pobreza dentro da concepção do equilíbrio geral. Para esta reflexão, optou-se por uma releitura da perspectiva da crítica da economia política na busca da compreensão do fenômeno em sua raiz.

Na perspectiva marxista, parte-se da investigação da essência das leis que regem o funcionamento do modo de produção capitalista, por onde se encontra a explicação para o fenômeno da pobreza da classe trabalhadora. No capítulo XXIII do livro I volume II d'O Capital, Marx (1996) analisa a influência que o processo de acumulação de capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. A pobreza e a desigualdade estariam intrinsecamente relacionadas com o

¹⁴ O valor presente líquido depende de uma taxa de juros na deflação dos fluxos de renda futuros para o tempo presente, assim como avaliar pelos custos de produção depende do tempo ao longo do processo produtivo e, portanto, associam-se também a uma taxa de juros pré-estabelecida.

processo de acumulação da economia capitalista. Por mais que não negue os ciclos viciosos reforçando as armadilhas da pobreza como “aparecem” na sociedade, não concebe neles mesmos a fonte geradora de tal condição desigual em sua “essência”. Não bastaria, portanto, amenizar o ciclo para reverter o processo por meio de políticas públicas redistributivas focalizadas nas populações “vulneráveis” e da racionalidade econômica com a hegemonia do mercado em detrimento aos direitos sociais.

A questão central para Marx (1996) está na contradição entre produção e distribuição da riqueza social inerente ao modo de produção capitalista. Se por um lado a classe trabalhadora é responsável pela produção total das mercadorias e, portanto do valor produzido na totalidade, por outro, a apropriação individual deste se dá de forma completamente isolada desta participação. Esta, garantida pelas instituições burguesas, onde o Estado se configura como uma, mantém a aquisição desigual de propriedades por outros meios que não sejam pelo trabalho. Deste modo, a fortuna de uns deve-se não a suas habilidades superiores, como trata a concepção neoclássica, mas sim à exploração do trabalho dos outros. Na descrição marxista, é a capacidade de comando sobre o trabalho que distingue os ricos dos pobres, sendo o objetivo do comprador de força de trabalho no sistema capitalista, ampliar seu capital pela produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga. Portanto, suas vendas realizam também este mais valor, a parte do valor não pago, ou mais-valia nos termos de Marx (1996), e esta é a lei absoluta e geral deste modo de produção. O patrão só empregará mais trabalhadores na perspectiva de auferir lucros, e a determinação dos salários pressupõe o fornecimento de trabalho não pago pelo trabalhador.

A variação dos salários dependerá por fim da magnitude da acumulação de capital, esta sim tomada como variável independente na relação causal. Desta forma, acompanhará o movimento cíclico desta, próprio das economias capitalistas. Capital e trabalho não são tratados como variáveis independentes entre si, o que distingue de forma crucial esta perspectiva das anteriores. Enquanto que naquelas, a determinação da distribuição da renda e, por conseguinte da pobreza, eram condicionadas pelas capacidades individuais, que em cenários marcados pela desigualdade entre indivíduos leva a imperfeições nos mercados, desvios que devem ser “corrigidos” para o bom e livre funcionamento do sistema capitalista e da sociedade, nesta ao contrário, apresenta-se pela totalidade, ficando restritas aos mecanismos e às leis gerais deste modo de produção, como nos próprios termo do autor:

“A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente.” (MARX, 1996: p.722)

No processo de circulação ampliada do capital, o trabalhador passa a existir em função das necessidades de expansão da riqueza capitalista, e não a riqueza existir para as necessidades do trabalhador. Este, por sua vez, se vê subjugado pelos produtos de suas próprias mãos em uma relação de dominação do trabalho pelo capital.

Também não se apresentam para Marx (1996) como variáveis independentes na determinação dos salários, a magnitude da riqueza social existente e a grandeza do capital adquirido. Para este autor, apenas o crescimento continuado da acumulação e a velocidade deste crescimento seriam determinantes nesta relação. Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, reduz-se a proporção de trabalho em relação aos meios de produção que o processo de fabricação de mercadorias põe em movimento. No curso da acumulação capitalista, o capital adicional formado atrai cada vez menos trabalhadores, caracterizado pelo aumento da sua composição orgânica¹⁵. Deste modo, o descompasso crescente entre a oferta e a procura de trabalho produz ainda uma população trabalhadora supérflua crescente, no sentido que ultrapassa as necessidades de expansão do capital. A população trabalhadora encerra-se assim em seu triste fim, pois enquanto cria as condições propícias para aprofundar o processo de acumulação de capital, este pela própria alavanca da acumulação e condição de existência, cria os meios que fazem dela uma população supérflua. Por outro lado, a exploração cada vez maior da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras do exército industrial de reserva, cuja expansão por sua vez exerce maior pressão sobre aquela pelo próprio processo concorrencial, que também pressiona/mantém os salários baixos. Culmina com uma exploração ainda maior do trabalho pelo capital, sujeitando ainda mais os trabalhadores às suas exigências.

Vista tanto pela condenação de parte da classe ao trabalho excessivo, como pela ociosidade forçada da outra parte, a pobreza torna-se fonte da riqueza individual dos capitalistas, estando intimamente relacionados como lei geral deste modo de produção como fica claro quando Marx escreve que pela lei geral da acumulação capitalista:

“ O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de

¹⁵ Esta variação na composição orgânica (medida da razão entre a magnitude do capital constante e do variável empregados na produção em termos de valor) reflete alterações da composição técnica do capital (razão medida em termos de unidades físicas de meios de produção e força de trabalho empregados no processo produtivo), em razão de mudanças na produtividade do trabalho. Neste sentido, a composição orgânica do capital torna-se representativa da própria composição do capital. Para aprofundar no tema sugere-se o texto bastante didático de Carcanholo e Amaral (2006).

existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior. “ (MARX, 1996: p. 747)

Esta lei determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital, em uma relação dialética de dependência e de contradição, tendo em um pólo a riqueza capitalista e no oposto, a miséria dos trabalhadores como condição necessária para a existência do sistema. Portanto, a erradicação da pobreza não seria possível dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista nos países, visto que este mesmo processo que incrementa as taxas de crescimento gera concomitantemente a exploração, a exclusão e o pauperismo da classe trabalhadora. Para resolver a questão social que daí advém, seria necessária uma revolução nas relações sociais de produção e reprodução para outras bases de sustentação. Nesta reflexão, a garantia de direitos sociais universais e a negação das bases de apropriação privada fundamentais ao modo de vida capitalista, cuja expressão se dá na máxima do “*american way of life*”, é que teriam papel chave para romper definitivamente com o ciclo vicioso da pobreza.

4. ANÁLISE DE REGRESSÃO APLICADA NA MODELAGEM DA DINÂMICA DA POBREZA

A partir do referencial apresentado anteriormente, chega-se ao modelo de análise empírica proposto neste trabalho, que sugere a pobreza como função do crescimento econômico e da desigualdade tomadas no mesmo período e ao longo do tempo como dada na Equação 1.

$$p_t = f(p_{t-1}; y_t; y_{t-1}; g_t; g_{t-1}; x_t) \quad (1)$$

Onde p representa a incidência da pobreza; y , a renda *per capita*; g , a expressão de magnitude da desigualdade de distribuição da renda; e x , um vetor de variáveis associadas às características pessoais dos trabalhadores e estruturais das economias locais. Por outro lado, o crescimento da renda também é dado por estas relações que se auto-reforçam de forma cíclica, como sugere a Equação (2).

$$\Delta \ln y_t = f(p_t; p_{t-1}; y_{t-1}; g_t; g_{t-1}; x_t) \quad (2)$$

O raciocínio se repete com o acréscimo da dimensão da desigualdade na análise, representada pela Equação (3).

$$g_t = f(p_t; p_{t-1}; y_{t-1}; g_t; g_{t-1}; x_t) \quad (3)$$

Nestas três funções residem os elementos que se pretendeu destacar nesta análise para o caso brasileiro. Espera-se observar o sinal e a magnitude destas relações causais, de forma que possam ser interpretadas à luz da controvérsia teórica apresentada.

A estimação se deu por dois métodos, o primeiro foi via aplicação do modelo de Arellano e Bond proposto em 1991 (Baltagi, 2005), segundo um método de momentos generalizado (GMM) para a obtenção de variáveis instrumentais válidas. Por este, os instrumentos podem ser obtidos numa equação dinâmica de dados em painel se forem aproveitadas as condições de ortogonalidade pressupostas como existentes entre os valores defasados do regressando com os termos de perturbação. Estes são considerados independentes entre si e sobre si mesmos (iid). E o segundo foi considerando a existência de relações simultâneas entre as três dimensões, via resolução de sistemas auto-regressivos vetoriais (VAR) em painéis de dados (PVAR), seguindo metodologia usada por Love e Zicchino (2006)¹⁶, aplicada porém pela autora num contexto específico do mercado financeiro. Com base em auto-regressões vetoriais com dados em painel, combina a abordagem tradicional VAR, que trata todas as variáveis endógenas, com a heterogeneidade individual não observada¹⁷.

4.1. Procedimentos

A definição de pobreza utilizada restringe-se à insuficiência de renda, ou seja, à pessoa possuir uma renda média inferior a uma linha de pobreza (*LP*) previamente estabelecida. Os critérios de definição da *LP* são diversificados entre os autores, alguns trabalham com o valor de US\$1 ou US\$2 por dia, enquanto outros preferem a referência de ½, 1 ou 2 salários mínimos por mês, podendo também ser determinada pela renda mínima suficiente para adquirir os bens necessários à sobrevivência ou para a aquisição de uma cesta de bens de primeira necessidade. Estes índices de avaliação têm sérias limitações, visto que a pobreza se manifesta em várias outras dimensões que tomam proporções muito maiores. No entanto, são bastante adequados para estudos sobre a distribuição e o crescimento do produto social, além da conveniência da disponibilidade de séries históricas de dados para os estados brasileiros, e da simplicidade dos cálculos, optou-se por considerar apenas a dimensão da pobreza de renda, como índice de avaliação. Foi considerado o valor de meio salário mínimo de agosto de 1980, deflacionado pelo INPC como linha de pobreza como sugerido por Hoffmann (2000) para setembro do ano corrente. Os valores da *LP* usados encontram-se na Tabela 1.

¹⁶ Agradecimentos especiais são dados às autoras por cederem as rotinas que implementam o PVAR.

¹⁷ Mais detalhes sobre os métodos e testes pós-estimação podem ser encontrados em Baltagi (2005), Moreira (2009) e Wooldridge (2002).

Tabela 1 – Linha de pobreza calculada para o período de 1996 a 2007

| Ano | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|-----|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| LP* | 80,87 | 84,41 | 86,08 | 92,29 | 98,76 | 105,99 | 116,14 | 136,48 | 144,61 | 151,83 | 155,18 | 163,86 |

Fonte: Resultados da pesquisa. *½ Salário Mínimo de agosto 1980 deflacionado pelo INPC para Reais de setembro do ano corrente.

Para determinar os índices que representam a pobreza, optou-se pela metodologia proposta por Datt (1998), na qual o cálculo dos valores se dá a partir de dados de distribuição de renda agrupados considerando a especificação quadrática geral para a curva de Lorenz. Utilizou-se a medida de pobreza $P0$ escrita como função da relação da renda domiciliar per capita μ e a linha de pobreza (LP), e dos parâmetros da curva de Lorenz de acordo com as estimativas de Moreira (2009). Em que $P0$ é a proporção de pobres da classe dos índices decomponíveis de Foster, Greer e Thorbecke (1984) (FGT), ou seja, a proporção da população que recebe renda inferior à linha de pobreza predefinida. Para a obtenção dos parâmetros da curva de Lorenz, foram realizadas regressões lineares para cada ano do período de estudo pelo Método dos Quadrados Mínimos (MQO). O vetor x acrescentado compôs-se das mesmas variáveis de controle endógenas e exógenas complementares ao modelo sugeridas por Moreira (2009), mas que não serão foco deste artigo. Os resultados foram obtidos usando como base de dados as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), no período após a consolidação do plano Real, de 1996 a 2007. Os valores para o ano de 2000 foram completados pelas informações do Censo Demográfico. Optou-se pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a deflação das rendas domiciliares *per capita* para reais de dezembro de 2007.

5. ANÁLISE EMPÍRICA DA DINÂMICA DAS ARMADILHAS DA POBREZA PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

Calculados os índices de pobreza FGT ($P0$)¹⁸, de Gini e a renda domiciliar *per capita* de cada estado brasileiro, foi possível estimar as equações nas duas metodologias propostas. As estatísticas descritivas para as variáveis podem ser visualizados na Tabela 2.

Percebe-se que há grandes variações de praticamente todas as variáveis entre estados no mesmo período e para o mesmo estado ao longo do tempo, apresentando valores máximos e mínimos bastante discrepantes, o que sugere a presença de heterogenia. As trajetórias das três dimensões ao longo do tempo para os estados brasileiros podem ser vistas na Figura 1. Pela análise das trajetórias do comportamento das rendas domiciliares *per capita* estaduais neste período, apesar de o valor médio ser de R\$420,75 quando consideradas todas as unidades federativas de 1996 a

¹⁸ As aproximações quadráticas das curvas de Lorenz estimadas apresentaram coeficientes de ajuste (R^2) superiores a 0,98 e estatísticas t significativas para a ampla maioria dos coeficientes.

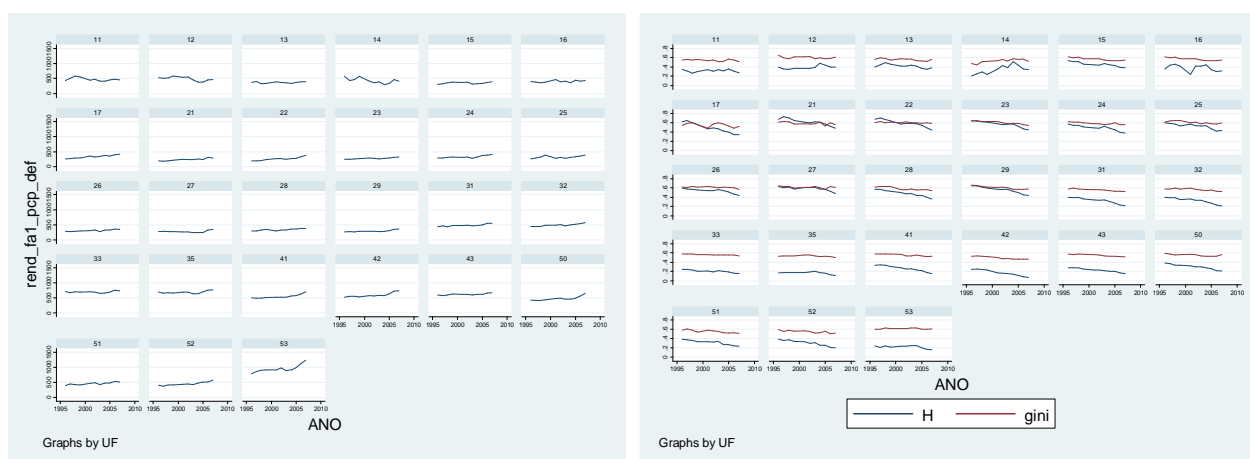
2007, esta variou de um mínimo de R\$178,88 para o Maranhão em 1997, a um máximo de R\$763,81 em São Paulo no ano de 2007¹⁹.

Tabela 2 – Descrição estatística das variáveis estaduais, Brasil, 1996 a 2007

| Variável | Média | Desvio padrão | Mínimo | Máximo |
|--------------------------|--------|---------------|--------|--------|
| <i>RENDFAM_PCP</i> Total | 420,75 | 137,2339 | 178,88 | 763,81 |
| Entre painéis | | 131,8203 | 299,92 | 699,35 |
| Intra painel | | 45,5099 | 272,17 | 594,07 |
| <i>GINI</i> Total | 0,5707 | 0,0391 | 0,4456 | 0,6606 |
| Entre painéis | | 0,0297 | 0,4948 | 0,6125 |
| Intra painel | | 0,0261 | 0,4866 | 0,6251 |
| <i>P0</i> Total | 0,4060 | 0,1492 | 0,0750 | 0,7298 |
| Entre painéis | | 0,1378 | 0,1748 | 0,6254 |
| Intra painel | | 0,0629 | 0,2508 | 0,5761 |

Fonte: Resultados da pesquisa

Vale observar que, apesar da desigualdade, mesmo o valor mínimo foi superior à linha de pobreza calculada para 2007 (R\$163,86). O que leva à reflexão de que mesmo internamente em cada estado a pobreza não se associa à falta de renda, mas à desigualdade na distribuição da mesma.



Fonte: Resultados da pesquisa. Códigos Associados às Unidades Federativas (UF)

| UF | código | UF | código | UF | Código |
|-----------|--------|---------------------|--------|--------------------|--------|
| Rondônia | 11 | Ceará | 23 | Rio de Janeiro | 33 |
| Acre | 12 | Rio Grande do Norte | 24 | São Paulo | 35 |
| Amazonas | 13 | Paraíba | 25 | Paraná | 41 |
| Roraima | 14 | Pernambuco | 26 | Santa Catarina | 42 |
| Pará | 15 | Alagoas | 27 | Rio Grande do Sul | 43 |
| Amapá | 16 | Sergipe | 28 | Mato Grosso do Sul | 50 |
| Tocantins | 17 | Bahia | 29 | Mato Grosso | 51 |
| Maranhão | 21 | Minas Gerais | 31 | Goiás | 52 |
| Piauí | 22 | Espírito Santo | 32 | | |

Fonte: Elaboração própria. Dados das PNAD, 1996-2007 e do Censo demográfico 2000, IBGE, excluído o Distrito Federal.

Figura 1 – Renda Domiciliar *per capita*, Proporção de Pobres e Índice de Gini para os estados brasileiros, 1996 a 2007

¹⁹ Valores em reais de dezembro de 2007.

Os estados do Nordeste apresentaram as menores rendas médias, com destaque para o Maranhão (R\$229,92), Piauí (R\$257,03) e Ceará (R\$278,14), perpetuando as condições históricas desfavoráveis que enfrentam. Há uma clara tendência de crescimento da renda *per capita* na maioria dos estados, que apresenta maiores taxas para os do Sul e Centro Oeste, regiões em que a dinâmica econômica se acelerou acima da média nacional neste período.

Com relação à medida de desigualdade adotada, o índice de Gini calculado para as rendas domiciliares *per capita*, verificou-se um elevado valor médio entre os estados no período analisado, de 0,57, mesmo ao que despertou o alerta dos economistas nos estudos dos anos de 1960 e 1970. Esta distribuição ainda se dá de forma desigual, variando de um mínimo de 0,45 para Roraima em 1997, mas que concentrou nos anos posteriores atingindo um pico de 0,58 em 2004 se reduzindo para 0,52 em 2007, a um máximo de 0,66 para a Bahia em 1996, apresentando o mesmo comportamento discrepante ao longo do tempo. Reforçam a sugestão da presença relevante de heterogeneidade entre unidades federativas. Foram maiores para os estados do Norte e Nordeste, e menores para os estados do Sul que mantiveram uma tendência decrescente por todo o período, com destaque para Santa Catarina cujo índice variou de 0,53 em 1996 para 0,46 em 2007. A região Sul encontrou-se em condições mais equilibradas entre a renda e a desigualdade, desde que seus estados estiveram entre os de maior renda *per capita* e menor índices de desigualdade, em oposição ao Norte e Nordeste revelando ainda presente elevada desigualdade entre a estrutura e a dinâmica das economias regionais no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A interpretação do índice de pobreza *P0* é a de que neste período 41% da população dos estados vivia, em média, com menos de meio salário mínimo²⁰. Além disso, a proporção de pobres se diferenciou bem entre estados, variando de um mínimo de 7,5% para Santa Catarina em 2007 a um máximo de 73% para o Maranhão em 1997, e um desvio entre estados para cada ano o dobro do desvio calculado para cada estado no período. Existiu também tendência decrescente deste índice na maioria das unidades, no entanto, esta não foi acompanhada por reduções na mesma proporção dos índices de desigualdade.

Este resultado sugere que mesmo que menos pessoas viviam ao final do período abaixo da linha de pobreza, os efeitos das políticas públicas não tiveram o mesmo êxito sobre a redução das desigualdades. Se a hipótese de pesquisa não for refutada, implica que a armadilha da pobreza continua estruturada para os estados brasileiros, ou seja, sugere que as condições de desigualdade exercem influência sobre a manutenção das condições de pobreza de parte considerável da população ao longo do tempo. E estas, por sua vez, fazendo parte do próprio funcionamento do

²⁰ De agosto de 1980 deflacionado pelo INPC para o ano corrente.

sistema capitalista, alimentam as taxas de crescimento econômico em sua dinâmica própria de acumulação. Assim, apesar dos recursos investidos nos programas de transferência de renda, os índices continuam elevados quando se considera o que significa para uma pessoa viver com menos que meio salário mínimo mensal no Brasil, impondo limites ao desenvolvimento sócio-econômico dos próprios estados.

Os modelos estimados para o índice de proporção de pobres ($P0$), de desigualdade de renda de Gini ($GINI$) e para o crescimento da renda ($LN(Y)$), dado pelas variações no logaritmo natural da renda, encontram-se na Tabela 3²¹. As relações de curto prazo apontadas pelos neoclássicos, mensuradas nos trabalhos empíricos de estática comparativa, foram significativas, quais sejam: do efeito de um aumento da pobreza, tudo o mais constante, reduzindo as taxas de crescimento e ampliando a desigualdade; do aumento da desigualdade ampliando a pobreza e as taxas de crescimento (conhecido como “curva de Kuznets²²”); e do crescimento da renda reduzindo ambas a pobreza e a desigualdade no mesmo período. Assim os parâmetros calculados nas equações da pobreza, associados às variáveis de renda e de desigualdade no mesmo período podem ser lidos diretamente como as elasticidades.

Reforçando os resultados publicados, as elasticidades-renda da pobreza foram inferiores às elasticidade-desigualdade da pobreza por ambos métodos para o painel de estados brasileiros, indicando a desigualdade como central na questão social. Significa que a variação de 1% no índice de Gini, *ceteris paribus*, leva ao aumento de 0,63% em média (incondicional) na proporção de pobres, pelo modelo *PVAR*, e de 0,90% pelo de *Arellano e Bond*. Enquanto que o aumento de 1% sobre a renda *per capita*, nesta mesma análise, levaria a uma redução esperada de 0,28% na proporção de pobres pela primeira estimativa, e de 0,30% pela segunda. Esta diferença nas magnitudes calculadas provavelmente é o reflexo da relevância da inserção das relações simultâneas entre as equações na análise pelo modelo *PVAR*.

A teorização com bases neoclássicas consegue avançar na interpretação dos resultados das estimativas, pelas armadilhas da pobreza nas quais é possível que a desigualdade tenha efeitos significativos limitando o crescimento da renda no longo prazo, como mensurado pelos dois modelos, ampliando a complexidade das relações entre estes processos. Entretanto, não consegue

²¹ Ambos foram validados nos testes pós-estimação avaliados, maiores detalhes podem ser encontrados em Moreira (2009).

²² Kuznets (1955) mensurou empiricamente uma curva em forma de U invertido para a relação entre crescimento e desigualdade para um grupo de países. Segundo esta, no início do processo de crescimento econômico, as desigualdades entre salários se ampliaria pelo desenvolvimento de atividades mais dinâmicas em detrimento às tradicionais ainda coexistentes.

explicar o duplo efeito estimado e significativo de aumento na proporção de pobres reduzindo as taxas de crescimento presentes, porém, ampliando as futuras. Este duplo efeito, à luz da perspectiva materialista histórica dialética da hipótese proposta, encontra elucidação no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, alicerçado na concentração de renda no presente, com efeitos negativos sobre o crescimento futuro, e da pobreza presente com associação positiva com o crescimento da renda futuro.

Tabela 3 – Estimativas para os modelos dinâmicos das Armadilhas da Pobreza, Brasil, 1996-2007, painel de Unidades Federativas

| Variável | PVAR | | | ARELLANO E BOND | | |
|----------|------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | LN(Y) | GINI | P0 | LN(Y) | GINI | P0 |
| LN(Y) | - | - | -0,2824 (0,0557)+++ | - | 0,2034 (0,01534*** | -0,3019 (0,0180)*** |
| L.LN(Y) | 0,2963 (0,2354)+ | 0,0607 (0,0649) | -0,0991 (0,1183) | 0,1594 (0,0631)** | -0,0286 (0,0192) | 0,0371 (0,0246) |
| GINI | 1,8530 (0,4345)+++ | - | 0,6261 (0,2113)+++ | 2,1561 (0,1675)*** | - | 0,9045 (0,0654)*** |
| L.GINI | -0,6514 (0,5530)+ | 0,0854 (0,1695) | - | -0,3449 (0,2105)* | 0,1176 (0,0636)* | -0,0427 (0,0831) |
| P0 | -1,4980 (0,3584)+++ | - | - | -1,9840 (0,1340)*** | 0,5323 (0,04556)*** | - |
| L.P0 | 0,6001 (0,4759)+ | 0,1171 (0,0985)+ | -0,2182 (0,2598) | 0,2184 (0,1417) | -0,0098 (0,0430) | 0,1001 (0,05417)* |

Fonte: Resultados da pesquisa. Valores do desvio padrão entre parênteses. +, ++, +++: estatística $t > 1$; 1,64 e 1,96. *, **, ***: significativo a 10, 5 e 1%; ‘-’ : variáveis ausentes na equação para a determinação dos sistemas.

O aumento de 1% apenas sobre a desigualdade presente leva a uma redução de 0,65% em média sobre as taxas de crescimento da renda futura, indicando a insustentabilidade do processo de acumulação capitalista, cuja essência atua ampliando estas contradições. Este efeito encontra ainda explicação nas teorizações das armadilhas da pobreza neoclássicas, que precisa relaxar pressupostos se afastando da perspectiva mais ortodoxa em busca de uma resposta à questão já levantada por estudos empíricos em outros países. Contudo, como explicar o efeito positivo da pobreza presente sobre as taxas de crescimento futuras? Segundo as estimativas pelo modelo *PVAR*, o aumento de 1% sobre a proporção de pobres, tudo o mais constante, tem também o efeito de acelerar em média de 0,60% as taxas de crescimento no longo prazo.

A explicação para esta aparente incoerência entre os resultados e a teorização neoclássica é possível de ser encontrada novamente nas leis que regem a essência do funcionamento do sistema capitalista segundo a interpretação marxista. Como foi exposto, são justamente as condições de pobreza da classe trabalhadora que a submete aos desígnios do capital ampliando seu ciclo de acumulação. Portanto, nesta perspectiva, é pela contradição entre capital e trabalho, e pela exploração deste pelo primeiro que a pobreza se relacionará com o crescimento da renda numa economia capitalista, podendo exibir este duplo efeito observado, dentro da relação dialética

estabelecida de dependência e de contradição. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital, tendo em um pólo a riqueza capitalista e no oposto, a miséria dos trabalhadores como condição necessária para a existência do sistema. Assim se encerra em sua essência a armadilha da pobreza ao longo do tempo, reforçando e recriando marcantes desigualdades entre os estados da federação no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O que justifica o destaque pretendido sobre a questão da pobreza atrelada ao processo de desenvolvimento econômico desigual dos estados brasileiros, mantendo a economia nacional preza em uma armadilha que não só reforça como gera pobreza ao longo das trajetórias de crescimento e acumulação capitalistas.

3 PRINCIPAIS CONCLUSÕES A SEREM DESTACADAS

A mensuração de armadilhas de pobreza no Brasil, via atuação de ciclos viciosos no processo de desenvolvimento das economias estaduais, foi possível através da aplicação de modelos de análise dinâmica ao painel de estados brasileiros, entre 1996 e 2007. Encerraram-se assim as armadilhas criadas no modelo de desenvolvimento econômico, com características estruturais concentradoras, visto os impactos de curto prazo da desigualdade aumentando a pobreza em uma proporção superior ao efeito redutor do crescimento da renda domiciliar *per capita* sobre a mesma.

A desigualdade vem sendo amenizada por um conjunto de políticas sociais de transferência de renda, que somaram montante suficiente para criar forças contrárias a esta tendência de concentração respaldada pela política econômica do Estado. Mas não foram capazes, no entanto, de eliminar suas armadilhas e contradições, tendo efeito ampliador da desigualdade sobre a pobreza, e limitante sobre as taxas futuras do próprio crescimento da economia. Desta forma, o modelo brasileiro desigual em si, se propaga de forma cíclica, fazendo com que a pobreza passada continue alimentando a futura. No entanto, a análise desta relação não rompe com a circularidade da explicação na busca da origem do fenômeno do pauperismo, nem consegue explicar o efeito da pobreza ampliando as taxas de crescimento de longo prazo.

A análise empírica também foi capaz de identificar as disparidades persistentes entre os estados, e regiões, brasileiros. Desta forma, este processo cíclico encerra uma armadilha, na qual os estados que mais necessitam de reduções na pobreza, são justamente os com menor capacidade de responderem às variações percentuais sobre a estrutura da renda (média ou distribuição). Políticas públicas que não atentam para seus impactos sobre as desigualdades seriam, nesta perspectiva, danosas para o desenvolvimento econômico e social sustentável no longo prazo.

Neste sentido, melhorar a equidade em um ambiente econômico marcado por elevada heterogeneidade, poderia ao contrário do pensamento neoclássico ortodoxo, ter o efeito de acelerar

a taxa de crescimento econômico. Esta, por sua vez, incidindo sobre a redução da pobreza, se somar concomitantemente a um nível de maior equidade, seria fundamental para engendrar um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico com redução da pobreza. Entretanto, somente na descrição marxista da essência de funcionamento do capitalismo em sua dinâmica de acumulação foi possível explicar estas contradições que apareceram com relação à maior complexidade das relações em foco. Por esta visão, romper o ciclo vicioso somente seria possível com a alteração das leis que regem a distribuição da renda na economia associadas intrinsecamente ao modo de produção.

Concluiu-se que apesar da vertente neoclássica conseguir explicar o efeito da pobreza presente como determinante da futura trazendo luz ao mecanismo que reforça o ciclo vicioso ao longo do tempo, com foco na teorização das armadilhas da pobreza, remete a uma circularidade no pensamento na qual o fenômeno passa a ser explicado por ele mesmo. Associado à perspectiva individual, limitam a compreensão dos fundamentos geradores do fenômeno da pobreza e sua relação com o crescimento de uma economia capitalista. A superação desta circularidade, por outro lado, encontra campo fértil sob a luz das leis descritas por Marx relacionadas à essência de funcionamento do sistema capitalista visto em sua totalidade, e resolve as aparentes incoerências que a primeira visão não consegue explicar.

No entanto, isto implica em uma relação inversa de causalidade, na qual deve se procurar a explicação para a questão social não pela falta de desenvolvimento dos mercados capitalistas, mas sim como uma consequência deste. Neste sentido, para que o ciclo vicioso possa ser interrompido em sua raiz, deve-se levar em consideração no âmbito de uma abordagem global, complementares e interdependentes, o direito dos trabalhadores e estados a superar pobreza e a eliminação das condições que geram a desigualdade e a exclusão. A reversão desta concepção da questão social e do desenvolvimento deve ainda se dar em harmonia com os limites ambientais e os direitos dos povos originários e comunidades locais, elementos de reflexão que abrem a perspectiva para estudos futuros. Mas para isso, seria necessário inferir teoricamente e em termos de Marx, as alterações nas condições de emprego e renda com a acumulação de capital ampliada (crescimento) e aumento da renda do capital (concentração funcional e não pessoal), estimando estas relações em outras bases de variáveis e modelos para além dos que foram utilizados até o momento.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, P.; CAROLI, E.; GARCIA-PENALOSA, C. Inequality and economic growth: the perspective of new growth theories. *Journal of Economic Literature*, v. 37, p. 1615-1661, dec., 1999.

ALESINA, A.; PEROTTI, D. Income Distribution, Political Instability, and Investment. *European Economic Review*, v. 40, n. 6, p. 1203–28, 1996.

ALESINA, A.; RODRICK, D. Distributive Politics and Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 109, p. 465–90, 1994.

BALTAGI, B. H. *Econometric Analysis of Panel Data*. England: John Wiley & Sons, Ltd, 3rd edition, 2005, 302p..

CARCANHOLO, M. D. ; AMARAL, M. S.. Acumulação Capitalista e a Superexploração do Trabalho Característica da Dependência. In: *XI Encontro Nacional de Economia Política*, 2006, Vitória. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006

CENSO. *Documentação dos Microdados da Amostra, Censo Demográfico 2000*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

COHEN, A. J.; HARCOURT, G. C. Retrospectives: Whatever Happened to the Cambridge Capital Theory Controversies? *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 17, No. 1. (Winter, 2003), pp. 199-214.

COHN, A. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n. 12, p. 1-18, jun./dez., 1995.

DATT, G. *Computational tools for poverty measurement and analysis*. Washington, D.C.: International Food and Nutrition Institute, 1998.

DINIZ, M. B. *Contribuições ao Estudo da Desigualdade de Renda entre os Estados Brasileiros*. 2005. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.

FURTADO, C.. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, 117p..

GREMALDI, A. P. *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2003, 672p..

HELFAND, S. M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. E. F. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil Rural: uma análise da queda recente. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39, n. 1, p. 67-88, abr. 2009.

HOFFMANN, R. “Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil”. In: R. Henriques (org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.

HOFFMANN, R. Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. *Economia*, v6, nº2, jul/dez, 255-286, 2005.

IPEA. PNAD 2007 *Primeiras Análises: Pobreza e Mudança Social*. Comunicado da Presidência n. 9, set. 2008.

IVO, A. B. L. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990. Em CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (coords.) *A Pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. 1ª ed. Buenos Aires: Cosejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. 304p.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, mar., 1955.

LANGONI, C. G. As fontes do crescimento econômico brasileiro. *Estudos Econômicos*, v. 2, p. 3-34, 1972.

LIMA, J. R. F. (2008) *Efeitos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a pobreza e desigualdade rural na região Nordeste*. Tese de doutorado em Economia Aplicada, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Ano de obtenção 2008.

LOPEZ, J. H.; PERRY, G. *Inequality in Latin America: Determinants and Consequences*. The World Bank, february, 2008.

LOVE, I; ZICCHINO, L.. Financial Development and Dynamic Investment Behavior: Evidence from Panel Vector Autoregression. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 25, n. 3, p. 429-444, april, 2006.

MARINHO, E.; SOARES, F. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. In XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro, BA, ANPEC, 2003.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital*. Livro 1, Volume II, tradução de Reginaldo Sant’ Anna, 15ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 1996. 966p.

MOREIRA, R. C. (2009) *Desigualdade, crescimento econômico e armadilhas da pobreza no Brasil: 1996 a 2007*. Tese de doutorado em Economia Aplicada, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Ano de obtenção 2009.

- MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1965, 240p..
- NERI, M. C.. Pobreza e Políticas Sociais na Década de Redução da Desigualdade. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 3, p. 53-75, out., 2007.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C.. *Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, Centro de Políticas Socais, 2008.
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*, Niterói, v.4, n.1, p. 113-152, jan./jun., 2003.
- PERRY, G.; ARIAS, O; LÓPEZ, H.; MALONEY, W.; SERVÉN, L. “*Poverty reduction and growth: virtuous and vicious circles*”. The World Bank, 2006.
- PINHEIRO, C. P. et al.. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. *A Economia Brasileira nos Anos 90*. BNDES, 1999.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – *Notas Metodológicas*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007.
- SAMUELSON, P. A. "Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function." *Review of Economic Studies*. pp. 193-206. June, 29:3, 1962.
- SOLOW, R.M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*. v. 70, n. 1,p. 65-94, 1956.
- SRAFFA, P. "Production of Commodities: a comment." *Economic Journal*, pp.477-79. June, 72:286, 1962.
- SWAN, T. W. "Economic Growth and Capital Accumulation." *Economic Record*.32:2, pp. 343-61, 1956.
- WICKSELL, K.. *Lectures on Political Economy, Volume 1*. London: George Routledge & Sons, 1911[1934].
- WOOLDRIDGE, J. M.. *Econometric Analysis of Cross-section and Panel Data*. Massachusetts: MIT Press, 2002, 740p..